

**Os párias da cidade: construções narrativas sobre a violência urbana  
na cidade do Natal do pós Segunda Guerra Mundial**

*The outcasts of the city: narratives of urban violence  
in the city of Natal on post Second World War*

**Wesley Garcia Ribeiro Silva**  
Doutorando, História-UFF  
Bolsista CNPq  
garciawesley@gmail.com

Resumo: O texto discute a trama construída acerca da temática da violência urbana que se insurge nas páginas dos jornais natalenses, no período do pós segunda guerra mundial. A análise pretende que tal questão se coloca como elemento privilegiado para compreender, além dos atores e suas ações aí envolvidas (imprensa-leitores, poder público e *outsiders*) os sentidos e as complexidades do que vinha a ser a condição urbana para os contemporâneos. Bem como, coloca-se como oportuna para discutir as questões em torno do acontecimento e contexto, narrativas e construções sociais da realidade, tão caras a prática da história cultural contemporânea.

Palavras-Chave: Cultura Urbana; Imprensa; *Outsiders*.

*Abstract: The text discusses the plot formed around the issue of urban violence on the pages of Natal's newspapers in the post-second world war period. The analysis' suggestion is that such matter is a privileged element to comprehend, besides subjects and their actions (press-readers, government, outsiders), the meaning and the complexities of the urban conditions to its contemporaneous. It is also an opportunity to discuss issues such as happenings and context, narratives and social constructions of realities, so valued by the contemporary cultural history.*

*Keywords: urban culture, press, outsiders.*

No período do pós segunda guerra mundial, ocorreu na cidade do Natal um intenso crescimento demográfico e fundiário. Entre as décadas de 1940 e 1960 sua população quadruplicou e novas áreas de habitação surgiram ao redor do núcleo originário de ocupação. Com a incapacidade dos poderes públicos de acompanharem a dinâmica de crescimento da cidade se insurgiram graves problemas urbanos, os quais, notavelmente, a partir do período estudado, passam a ocupar um lugar central nas páginas dos jornais natalenses. Destaca-se aí a abordagem acerca dos problemas sobre a violência urbana, em que alguns periódicos passam a dedicar sessões específicas para o tratamento do tema. Surge, aparentemente, uma

abordagem sensacionalista sobre a violência na cidade, com uma narrativa voltada aos lugares perigosos da urbe, aos crimes diversos, aos “párias da sociedade”.

O texto pretende discutir tal trama acerca da violência urbana que se insurge nas páginas dos jornais, tomando como base: a performance desviante de um criminoso e a sua conexão com a imprensa escrita do período; e o engajamento cada vez maior dos periódicos e seus repórteres em produzir e retratar aspectos e espaços *outsiders*, como o uso e venda de entorpecentes e zonas de prostituição. O objetivo é destacar os aspectos e sentidos múltiplos que decorrem das relações entre cidade, imprensa e violência urbana.

## I

Talvez a notícia mais paradigmática que nos fazem saber sobre a figura de Abel Vieira refira-se a uma pequena nota, na página dedicada aos assuntos gerais da cidade do Natal, no jornal “Tribuna do Norte”, no dia 18 de janeiro de 1956<sup>1</sup>. Apesar de pequena, a nota dava conta da extensa ficha de crimes cometidos por ele, denotando que se por um lado, para tal jornal, dedicado em grande medida ao tratamento dos assuntos da política – e seus leitores – o personagem era um tanto desconhecido, não o era para a cidade do Natal como um todo, muito menos para as instituições de segurança pública do estado do Rio Grande do Norte.

Nota paradigmática não apenas por se inserir na página de um jornal que não era comum desviar seu foco das matérias, editoriais e opiniões políticas; que dificilmente tratava para com seus leitores dos fatos da vida cotidiana da cidade e muito menos dos personagens que a afrontavam. Mas principalmente, pela própria natureza do crime em si e pelas circunstâncias que cercavam a sua ocorrência.

De fato, para um pesquisador que hoje consulta tal nota – e até mesmo para os atores da época – é algo evidente apontar que Abel Vieira – e seus crimes – ocupou um pequeno espaço de jornal que tradicionalmente se ocupava dos aspectos políticos por ter furtado, num lance de extrema ousadia, a residência do Doutor Edgar Barbosa, já então um dos mais importantes e respeitados intelectuais norte-riograndes, escritor, poeta e não menos importante, principalmente para esta narrativa, Juiz de Direito da comarca de Ceará-Mirim.

Porém, a inserção dos feitos de Abel Vieira em jornais com linhas editoriais as mais diversas não é tão simples assim. O próprio “Tribuna do Norte”, já fazia questão de destacar o

---

<sup>1</sup> ABEL VIEIRA autor do furto do dr. Edgar Barbosa. Natal: *Tribuna do Norte*, jan. 1956.

seu perfil, denotando seu extenso currículo no crime. Ele era caracterizado como “conhecido larapio de automóvel [...] elemento afeito aos furtos de todas as espécies e que já esteve detido várias vezes tanto nos distritos policiais como da Casa de Detenção de Natal e com entradas também nas polícias dos estados vizinhos<sup>2</sup>”.

De fato, Abel Viera era então o maior criminoso que atuava no Rio Grande do Norte, especializado no roubo de automóveis. Sua fama era crescente no período, ainda mais por conta das inúmeras vezes em que as forças policiais tentavam capturá-lo e encerrá-lo atrás das grades sem sucesso. O fato de Abel Viera encontrar-se em liberdade mesmo após a prática de seus diversos crimes e principalmente após o furto da casa de um ilustre norte-riograndense era motivo de grande indignação.

Abel Vieira parecia ter ciência da sua crescente fama. Podemos dizer que a motivação do furto na casa de Edgar Barbosa tenha alguma relação com alguma tentativa de notoriedade? De fato, não temos meios para comprovar tal afirmação. Porém, é quase certo que ele soubesse a quem pertencia à casa que furtara; não se tratava de um crime como outro qualquer. Ao cometer tal crime, notabilizou-se. Tornou-se notícia, uma unanimidade, ocupando até mesmo as páginas dos jornais que representavam os grupos políticos rivais.

De desvio em desvio, tornava-se cada vez mais conhecido, claro que num sentido negativo, mesmo que nunca tenha chegado a cometer assassinato. Sua imagem não se reveste de um sentido de banditismo social<sup>3</sup>, apesar de claramente ter um perfil claro de suas vítimas: pessoas de posses, que preferencialmente possuíssem automóveis. Pela especificidade de seus crimes, pelos modos como os praticava, Abel Viera não era como os outros. Parecia querer ser notícia, despontar na sociedade, através da mídia, como mais proeminente dos desviantes.

Ora, talvez tal questão possa ser tornar mais explícita com a análise daquele que seria seu crime mais ousado, o ápice de sua trajetória e conseqüente notoriedade, praticado no ano de 1960, depois de dois anos do furto da casa do proeminente membro da sociedade norte-riograndense – e que pôs fim a sua carreira criminoso, uma vez que foi finalmente detido e encerrado de fato na Casa de Detenção.

Mais uma vez num lance de ousadia Abel Vieira, em conjunto com cinco companheiros, roubou um Oldsmobile, que estava estacionado numas das ruas do bairro do

---

<sup>2</sup> Id. 1956.

<sup>3</sup> Os estudos sobre Banditismo Social se constituíram a partir da referência central dos trabalhos de Eric Hobsbawm, a partir da década de 1960, na área da História Social. Cf.: HOBBSAWM, Eric. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

Tirol, espaço nobre da cidade do Natal<sup>4</sup>. O jornal fez questão de dar tons cinematográficos ao acontecido, o que aos olhos dos contemporâneos ganha contornos de *grand finale*. Após dar algumas voltas pela cidade, como que num passeio ameno, o carro com problemas mecânicos deixa de funcionar. E para dar continuidade na noite de aventura da turma, prontamente é assaltado outro automóvel, desta feita um jipe da Royal Air Force, e como destaca o periódico, “por sinal do comandante”.

“Mas precisava ainda de uma encenação para revalidar mais ainda o trabalho<sup>5</sup>”. Assim, motorizados com o Jipe, Abel Vieira e seus companheiros resolveram invadir um Seminário católico, retirando daí umas batinas, para servir de disfarce para o caso as forças policiais resolvessem intervir. De certo, o próprio jornal questionava a oportunidade de tal faceta: um quinteto de clérigos, dirigindo em arruaça nas ruas da cidade, em plena noite, num Jipe de exército. Mas, o fato é que a descrição continua e devidamente uniformizados e abastecidos, haja vista o automóvel estava com o tanque cheio, saíram os “três seminaristas” e os “dois sacristãos” – como os caracterizou o próprio Abel Vieira, segundo o seu relato para o jornal – encontrando o destino final na cidade de Santa Cruz, cerca de 100 quilômetros de distância de Natal, onde viraram a cidade de cabeça para o ar e embriagados foram finalmente detidos.

Claro que precisamos encarar com reservas se o acontecido se deu tal qual a fonte descreve. Mas o interessante aqui é encarar como o jornal traz o tema para o leitor e não se o fato se processou verdadeiramente de tal modo. É neste sentido que apontamos uma mudança em relação à temática da violência por parte do jornal “Tribuna do Norte”, que nestes dois anos a passava a retratar largamente, característica que também pode ser estendida para a mídia impresa local como um todo. É para atender uma demanda de informações sobre a estranheza, o exótico do crime, inclusive em tons anedóticos, que os jornais se esforçam em tratar das questões em torno da violência e não apenas o contrário. Claro que pela própria dinâmica do crescimento urbano, os níveis de violência aumentaram na cidade do Natal. Mas, como podíamos apontar em relação a “Tribuna do Norte”, isso não era determinante para a temática estivesse presente pura e simplesmente na mídia. Esta seria assim responsável pela produção de representações sobre a violência no contexto urbano.

---

<sup>4</sup> PRESOS OS LARAPIO ARRUAÇEIROS. Natal: *Tribuna do Norte*, abril, 1960.

<sup>5</sup> Id. 1960.

E é por isso que o caso de Abel Vieira se coloca paradigmaticamente neste sentido. Evidente que o personagem por si só não era responsável pela presença da violência urbana, que de fato, já se fazia presentes desde há muito tempo. Mas podemos de dizer que sua atuação foi sensível para que as notícias deste teor ocupassem as páginas dos jornais e fossem consumidos pelos leitores. A mídia encontrou em Abel Viera um elemento oportuno na produção de uma nova linha editorial, em que a violência passava de mera nota a todo um caderno específico. Evidente, com alguns destacando mais e outros menos. Mas Abel Vieira parecia que também queria utilizar a mídia para se tornar conhecido e de fato, pelo menos para os atores do período, assim o fez.

## II

A produção e o consumo de notícias que retratavam os aspectos desviantes da cidade pareciam se multiplicar, como interesse constante impressos nas páginas dos jornais. Os crimes colocavam-se como um elemento duplamente concentrador de atenções: por um lado, era o caráter de rompimento com a ordem estabelecida, de afronta as normas e regras e do consequente perigo que daí resultava para a sociedade que motivava a construção de reportagens, numa postura de denúncia, de militantes pela ordem e lei da cidade que resultava nas matérias jornalísticas; mas, por outro lado, apesar de retratarem a ocorrência do perigo da violência urbana, as reportagens eram permeadas também por uma motivação de retratação do exótico que se revestiam as práticas criminosas, uma curiosidade do estranho.

Alguns jornais se destacavam nesta dupla tarefa de compromisso com a informação: dos problemas e do exótico da violência urbana. Era o jornal “A Ordem” que melhor se revestia de tal função. Constituía uma linha editorial que privilegiava, além dos assuntos mais gerais do mundo e do Brasil, uma abordagem dos assuntos da cidade do Natal, dos fatos corriqueiros, e das dificuldades acarretadas pelo seu crescimento acelerado; engajava seus jornalistas a irem a campo, nos velhos e novos espaços urbanos, que pareciam não medir esforços para trazerem aos seus leitores os dados, as informações da cidade.

Assumindo uma postura atuante, de militantes de Natal contra os problemas que cada vez mais a colocavam em perigo, alguns jornais faziam questão de mostrar o quão destemidos eram na luta por sua urbe. O interessante é que lutar pela a cidade era travar

embates contra espaços diferentes dessa mesma cidade, dando ciência destes, numa clara conotação de sua multiplicidade.

Com essa disposição é que o Jornal A Ordem saiu pela cidade à procura dos Antros de Vício que a infectavam. Percorrendo Avenidas, travessas e becos da cidade a intenção era identificar e denunciar a ocorrência de locais de comercialização de entorpecentes. Camuflados de toxicomaníacos, já previamente inteirados e interpretando as gírias e maneiras dos usuários de drogas os então repórteres responsáveis pelas matérias iniciaram o “diálogo da maconha”, a meia-noite, no chamado “barraco da esperança”, localizado na Rua Jordanês, no bairro das Rocas, colocado como um dos maiores pontos de vendas de drogas de Natal, sob o comando do proeminente traficante Leôncio.

O objetivo era adquirir a maconha, fotografá-la, pondo-a em clichê, indicando o local de sua aquisição. Mesmo para tão destemidos jornalistas a tarefa não era tão simples. Afinal, como eles mesmos denotavam, tratava-se de meliantes bem experimentados na comercialização da droga, que seguiam atentamente os passos do potencial novo comprador. Além do mais, possuíam um modo próprio de se comportar e de falar, o qual, como assumiram, estavam apenas medianamente preparados para interagir. Apesar de despertarem a desconfiança dos traficantes – pois não possuíam a “bossa do inveterado” – os repórteres, com a desculpa de que eram apenas iniciantes no fumo, conseguiram o pacote de maconha mediante o pagamento de mil cruzeiros e a promessa de retorno ao local, regressando a sede do jornal com a missão cumprida e um furo jornalístico sensacional.

Mas o bairro das Rocas, onde habitavam pescadores e trabalhadores do porto, não era o único local de foco de venda de entorpecentes na cidade. Indicações dignas de crédito informavam aos jornalistas que no bairro do Alecrim, também habitado por operários e pequenos comerciantes, existiriam diversos centros de distribuição da maconha, principalmente no centro do bairro, nos bares e pensões próximas a Quitandinha. Dentre estes se destacava o Bar Indiana, também famoso por ser freqüentado por elementos perigosos e de antecedentes criminais. Mais uma vez os repórteres se dispuseram a penetrar disfarçadamente no recinto, mas desta feita não atingiram o êxito anterior, haja vista o clima de insegurança que sentiram ao serem fitados por um elemento com “olhos injetados e veias da região temporal elasticadas” – segundo eles sintomas de um viciado – que cantarolava, se dirigindo a eles, com as palavras “se vier com gíria vai entrar no pau”.

Não obstante, na medida em que as matérias eram publicadas, novas informações sobre “antros de vícios” eram repassadas aos jornalistas. Assim chegavam ao conhecimento locais como a quadra municipal da Avenida 4, que seria centro noturno de distribuição e consumo da maconha, além do local denominado como Coréia, onde existiria vários mercados de tóxicos. Porém, era a favela do Mundo Novo (Mãe Luíza) que mais chamava atenção, onde os maconheiros atuavam livremente, para desassossego das famílias, sempre no intuito de vender a erva a qualquer custo. Ali, o comércio do tóxico se dava sem pudor algum, a qualquer hora do dia, em que até crianças estariam a se utilizar do entorpecente.

A partir daí a discussão se dava sobre de onde vinha a maconha que parecia infestar os recantos da urbe e se não haveria outros tipos de tóxicos, trazendo o exemplo de outras grandes cidades que enfrentavam o mesmo problema, como era caso de Recife. A luta era então travada contra a cidade do tóxico. Sobre os questionamentos que surgiram acerca se não haveria na cidade outros tipos de tóxicos, os jornalistas enfatizaram que:

Respondemos dizendo que como estamos situando o problema em nossa capital é assim que devemos retratá-lo. Existem outros tóxicos, tais como heroína, morfina, cocaína etc. cuja venda sob prescrição médica é normalmente feita nas farmácias. Contudo, é difícil e quase ilusório identificar se há antros de viciados nestas drogas [em Natal]<sup>6</sup>.

Investigações realizadas apontaram que a “erva maldita” – termo utilizado pelo jornal para descrever a substância – era proveniente dos plantios existentes do estado das Alagoas, de onde seriam transportadas por via marítima – e na maioria dos casos pela própria Marinha de Guerra, clandestinamente – e desembarcada em pontos previamente determinados da costa, onde os “matutos da praia”, contrabandistas, ficavam encarregados pela recepção e distribuição do produto para os mercados consumidores. Contudo, era também comum o desembarque se realizasse no próprio porto de Natal.

A maconha era descrita como verdadeiro cancro social, que após a indicação e apontamento dos centros de comercialização dos entorpecentes feitos pelas reportagens deveria ser motivo de uma repressão enérgica, porém, racional a ser realizada pela polícia. Na

---

<sup>6</sup> A ORDEM localiza focos de maconheiros em Natal. *A Ordem*, Natal, 20 de fevereiro de 1965.

condição de jornal militante e católico *A Ordem* apontava que os excessos de violência deveriam ser evitados e que seria de bom tom levar os viciados a clínicas de recuperação.

Essas reportagens obtiveram grande repercussão, chegando a ganhar elogios por parte dos mecanismos policiais por tê-la ajudada a localizar e prender traficantes e viciados na “erva maldita” em Natal. Os leitores, além de dar indicações sobre locais de venda do tóxico, se levarmos em conta o modo de expressão das reportagens, pareciam curiosos acerca dos lugares de venda da maconha e teciam comentários sobre o que levava o seu experimento e seus efeitos sobre o indivíduo.

Muito se tem falado sobre o assunto, mas pouco se sabe sobre os verdadeiros efeitos da maconha. O elemento que chupa a fumaça do cigarro (a fumaça é engolida e não tragada) sente-se no momento em completo êxtase, numa espécie de alheamento do mundo. Após fumar a maconha, ato que exige uma série de cacuetes fisionômicos para que a fumaça desça pela faringe, o indivíduo recobra um pouco seu estado de movimento e de ação. Aí então opera-se a fase do exagero. Se a pessoa tem frágeis ressentimentos contra alguém estes estados psíquicos são ampliados e profundamente exagerados, passando de meras divergências subscientes para acirrados acessos de cólera e rancor que extravasam-se no ato criminal.

[...]O primeiro sintoma do maconhado é o aparecimento de listas de sangue nos olhos. Quando o elemento é viciado de muitos meses, começam a aparecer bolhas de puz nas faculdades visuais.

Depois que o maconheiro inicia-se no vício o consumo da erva tem de ser obrigatoriamente diário. No dia em que não se fuma, o organismo não sente predisposição para dormir, nem para alimentar-se e sente-se possuído por uma febre que ameaça a própria vida<sup>7</sup>.

Assim, estabelecia-se uma ligação entre o maconheiro e a efetivação de outros crimes como latrocínios e assassinatos. Bem como, a relações destes com os locais onde atuavam, numa espécie de sobreposição entre crime e espaços urbanos. Neste sentido, lugares como o bairro das Rocas e a região central do Alecrim, ficaram demarcados como zonas de perigo, onde o bom cidadão natalense não poderia circundar. O conhecimento sobre estes espaços deveria ser fornecido apenas pelos jornais, que atuavam, por um lado, combatendo pela cidade – claro, a sua imagem de cidade – e por outro, satisfazendo a curiosidade que seus leitores tinham dos exóticos e perigosos espaços natalenses.

---

<sup>7</sup> DE ONDE vem a maconha. *A Ordem*, Natal 30 de março de 1965.



### III

Em março de 1965, atendendo a inúmeras e reiteradas solicitações de famílias e entidades sociais da vizinhança do entorno da Avenida Rodrigues Alves, na altura da então Igreja de São João Batista, a polícia interditou uma das mais famosas e requintadas “pensões alegres” que existiam na cidade do Natal. Enquanto jornal católico, defensor dos valores da moral e da família, “A Ordem” pôs-se a rua, procurando as entidades policiais para dar com detalhes as boas novas aos seus leitores acerca das ações moralizadoras.

O que se fez foi o exercício simplesmente do chamado poder de polícia. Havia uma Pensão Alegre à Av. Rodrigues Alves onde moravam algumas decaídas e à noite compareciam outras, de fora, onde faziam o “ponto”. Mas o pior é que com muros caídos a vizinhança via o que não desejava, inclusive cenas de quase “streap-tease”<sup>8</sup>.

O fato – a efetivação de denúncias por parte dos moradores que, portanto, se incomodaram com o panorama de imoralidade e a decorrente ação efetiva da segurança policial – fora comemorado pelo periódico, indo ao encontro da luta contra prostituição promovida pelos organismos da Igreja Católica de Natal.

Contudo, além de noticiar e celebrar o fechamento da “pensão alegre”, o jornal esforçou-se em boa parte da matéria em justificar o ocorrido, como que se a interdição não fosse bem aceita, encontrasse resistências, oposições, mesmo que veladas. Assim, numa escrita de convencimento, a matéria trata de fundamentar a ação: primeiramente do ponto de vista legal – atentado contra a moral da sociedade e inevitável atuação policial. Daí toda a preocupação em ir direto as fontes, do delegado da Ordem Social, o ilustre Dr. Ernani Hugo Gomes, que comandou a diligência policial: “as reclamações sucediam-se. Fiz examinar o assunto pelo pessoal da Polícia [...] chegando à conclusão de que a única solução era interditar”<sup>9</sup>.

Assim, era numa atmosfera de insatisfação constante da vizinhança, de análise e estudo do caso aprofundado por parte da polícia até se chegar a um consenso que se processou o ocorrido; ou seja, num clima de inevitabilidade, de esgotamento de possibilidades. Procurava-se assim, como que distanciar-se de uma espécie de sentimento de culpa pelo

<sup>8</sup> POLÍCIA ENFRENTA prostituição – trabalho e recuperação. *A Ordem*, Natal, 23 de janeiro de 1965.

<sup>9</sup> Id.1965.

acontecido, mostrando mesmo que fora bem aceito pela população natalense em geral, com o departamento de polícia recebido inúmeros – sem citar nomes ou cifras – telegramas de aplausos e visitas de agradecimento, como bem frisa a matéria. Nestes termos, concluía-se que apesar de tudo, a moral pública, que valeria mais, havia vencido.

A ação fundamentar-se-ia também do ponto de vista humano. Afinal, destacava-se que ao interditar a “pensão alegre” não se defendia apenas os aspectos “proibicionistas”, mas também se praticava um trabalho de recuperação – com a colaboração de instituições como a Casa da Mãe Solteira, as Irmãs de Jesus Crucificado e o Movimento Familiar Cristão – das “mulheres da vida”, que como se salientava eram por vezes as menos culpadas, arrastadas por sedutores e exploradas por megeras que se intitulavam “donas de pensão”.

Porém, destoante desta abordagem que se preocupa em grande medida em fundamentar a interdição da “pensão alegre”, situada numa região valorizada da cidade, freqüentada por importantes figuras – talvez daí a grande preocupação em estabelecer justificativas – numa outra referência a temática da prostituição, no mesmo ano da anterior, 1965, a “A Ordem” já não parece se preocupar tanto em tecer desculpas sobre a atuação policial.

Ao invés de fundamentos legais ou humanos, a própria chamada da matéria, em letras garrafais, explicitava a condição do regime da prostituição que ocorria na Rua da Floresta, nas proximidades do Canto do Mangue, no suburbano bairro de Santos Reis: “sinônimo de miséria e desespero”<sup>10</sup>. A que se deve tal diferença no tratamento da abordagem por parte do periódico? Talvez pela “chaga social”, os prostíbulos – que agora não aparecem mais com o termo “pensão alegre” em momento algum – se situarem em uma área suburbana e freqüentada pela “ralé”.

Creemos que é uma verdadeira geografia urbana construtora de imagens, de referências identitárias específicas para os diferentes espaços da cidade que opera aí. Essas mediações valorativas ligavam-se a relações de poder que perpassavam determinados modos de se ver e conceber a cidade. Ora, estava em jogo aí que imagens se levavam em conta para se referir à cidade; referências que além de dizerem respeito ao espaço mesmo, também denotam imagens nas quais aqueles quem falam querem e têm de si mesmos.

Ao invés de abordar o evento por si mesmo, em justificá-lo, fundamentá-lo, a preocupação em mostrar uma espécie de exótico, do desconhecido, ao mesmo tempo em que

---

<sup>10</sup> PROSTITUIÇÃO: sinônimo de miséria e desespero. *A Ordem*, Natal, 23 de Janeiro de 1965.

com ares de renegação – e não apenas de um ponto de vista moral – é o que prevalece nas referências ao meretrício situado no Canto do Mangue. Há novamente o estímulo ao esmiuçamento das origens, da história, dos habitantes e freqüentadores. Volta-se a espécie de vocação etnológica do jornal, em claro contraste a matéria explicativa sobre a “pensão alegre”.

O prostíbulo era assim associado ao lugar em que se situava. Em reportagens como esta o Canto do Mangue era descrito como um sub-mundo, que servia de abrigo para os homens pescadores e mulheres lavadeiras; um conjunto de casebres que se espremia na margem direita do Rio Potengi, entre o Porto e o Bairro de Santos Reis, onde cerca de cem famílias viveriam em completo abandono. De dia faltava água potável, pois nenhum casebre possuía água encanada; e a noite os moradores eram acostumados à escuridão uma vez que não havia um só local de iluminação pública; sem serviços de saneamento básico e coleta de resíduos, também conviviam com o lixo e as fezes nas suas pequenas ruas, um recanto da cidade que era “sinônimo de miséria e imundície<sup>11</sup>”.

Nesta associação, o termo “sinônimo de miséria”, também era atribuído ao meretrício. O periódico noticiava mais a fundo esta prática na cidade, entrevistando inclusive as prostitutas; trazendo referências sobre as aqui ali atuavam: eram provenientes em grande parte do interior do estado do Rio Grande do Norte, que geralmente procurando trabalhar como empregadas domésticas e sem o devido cuidado dos patrões já que vinham em idade de treze, quatorze anos, tornavam-se presas fáceis aos homens que lhe faziam promessas de casamento, que davam-lhes alguma perspectiva de futuro.

Pertencente ao Canto do Mangue o prostíbulo da Rua da Floresta também apresentava condições insalubres.

O melhor termo que poderíamos usar para simbolizar a residência destas pobres mulheres foi este: CUBÍCULOS (sic). São grandes salões entrecortados de papelão separando assim os quartos de moradas. Em nenhuma destas “residências” (sic) existe um só sanitário. As necessidades fisiológicas são satisfeitos, geralmente, em esgotos daí para o velho, indesejável e conhecido “Canal das Rocas”. Todas as prostitutas ali residentes, têm filhos. Filhos que criam-se no mesmo ambiente das infelizes mães. A doença é espalhada por todos os recantos. Casos vistos e comprovados de fome. Portanto, além da vida miserável em que vivem, na escuridão da honra, na sombra da infelicidade, são elas vedadas das letras.

<sup>11</sup> CANTO DO MANGUE é mesmo sub-mundo dos pescadores. *A Ordem*, Natal, 12 de Agosto de 1967.

Nenhuma sabe ler. E os filhos? Enquanto não se trabalham por eles continuam na mesma estrada. No completo analfabetismo. As mulheres pedem para que as assistentes [sociais] consigam vagas em grupos escolares para que a sorte daqueles que são seus amores tenham melhor sorte<sup>12</sup>.

A descrição segue meio que densamente, despreocupada a tecer argumentos que fossem favoráveis a intervenção policial no meretrício. Só aqui cabe lugar para os pormenores, para tratamento das especificidades das moradoras, e de suas práticas, da Rua da Floresta:

Residem na rua da floresta prostitutas jovens que conseguem ‘trabalhar’ fora do local de morada. E aquelas que muito tempo viveram lá, e hoje com idade avançada residem só no mesmo local. Existem também aquelas que se recuperaram parcialmente e hoje vivem amasiadas ou mesmo casadas<sup>13</sup>.

Bem como, para traçar o perfil dos seus freqüentadores, “em geral soldados, marinheiros, operários e outras profissões que não tem condições de freqüentar ambientes deste gênero mais elevados<sup>14</sup>”. Assim, práticas e usuários como estes “deixam aquelas que fazem de seu corpo um comércio mais a margem da sociedade”.

Ora, é claro que o jornal se referia principalmente a questão da insalubridade das condições da moradia e de vida do meretrício da Rua da Floresta para adjetivá-lo enquanto ambiente mais baixo, em comparação a outros ambientes similares, em termos da prática da prostituição. Mas não deixa de sintomático as diferenças de olhares, de tratamento da temática: é notável um jornal católico afirmar que existem lugares de prostituição mais elevados do que outros, onde “deixam aquelas que fazem de seu corpo um comércio mais a margem da sociedade<sup>15</sup>”.

Curiosamente não há notícia de que o meretrício, ou melhor o conjunto de cubículos que fazia as vezes deste e pareciam se multiplicar por toda a Rua da Floresta, tenha sido interditado. Quem sabe devido à ausência de muros baixos que fizessem os vizinhos verem amoralidades decorridas ali. Ao que parece os “vizinhos” só tomaram conhecimento de tais práticas a partir das páginas dos jornais.

---

<sup>12</sup> PROSTITUIÇÃO... Op. Cit.

<sup>13</sup> Ibid.

<sup>14</sup> Ibid.

<sup>15</sup> Ibid.

#### IV

No primeiro semestre de 1965, o jornal “A Ordem” trazia para seus leitores uma série de reportagens sobre as condições dos presidiários da Casa de Detenção de Natal, chamada de “Por Trás das Grades”. Eram motivadas devido à construção de uma nova penitenciária para o Estado do Rio Grande do Norte e a consequente desativação da anterior, que já não se adequava aos padrões de segurança do contexto.

As matérias produzidas eram baseadas numa série de visitas do repórter Abimael Moraes ao presídio. Em cada visita ele procurava interagir-se das histórias dos presidiários, estabelecendo assim contatos com estes, abrindo caminho para uma posterior entrevista. Tais entrevistas eram transmitidas aos domingos, às 21h30min, pela Rádio Rural, veículo de comunicação ligada a Igreja Católica. Terminada a entrevista, diretamente da Casa de Detenção, cabia ao jornalista transformá-la em uma narrativa escrita para assim poder ser publicada no Jornal “A Ordem”.

Não tivemos acesso às transmissões radiofônicas, contudo, é evidente que aquilo que era dito pelo presidiário durante a entrevista era retomado, apropriado pelo jornalista no sentido de transformar o dito numa linha narrativa coerente, estruturada com um início, meio e fim. Nosso interesse reside justamente aí, no sentido elaborado pelo jornalista em relação às histórias contadas pelos presos, no momento da construção de seus enunciados.

De fato as dez reportagens publicadas entre janeiro e junho de 1965, que ocupavam cerca de um pouco mais da metade de uma página de jornal, possuem uma estrutura narrativa bastante em comum. Nas histórias contadas por Abimael Moraes – afinal, diferentemente da transmissão radiofônica em que quem fala é o preso, claro, a partir da mediação das perguntas elencadas pelo jornalista, nas reportagens escritas a fala é de total responsabilidade do jornalista – a intenção é claramente mostrar ao mesmo tempo, por um lado, a condição humana dos presos, e, por outro, a vinculação desta condição a uma espécie de destino que fez com que desde o “princípio” suas vidas estivessem determinadas para o desenrolar dos fatos que o levaram a detenção. Abimael Moraes interessava-se não apenas pelos fatos últimos da vida dos presos, mas sim partia da infância destes, procurando traços que lhe dessem elementos para sua narrativa.

Mais uma vez é Abel Vieira quem ocupou as atenções do noticiário. É ele o escolhido pelo repórter para ser o primeiro entrevistado e ter sua vida relatada nos jornais. Tal escolha é explícita: trata-se sim, da grande repercussão das suas ações criminosas, que após cinco anos em detenção acabou se fazendo presente na memória de poucos. Mas não apenas pelos feitos do passado. Era a própria condição de Abel Vieira dentro da Casa de Detenção que serviu de motivação para escolha. O Abel presidiário era um dos mais respeitados detentos, tanto por parte da direção, como, principalmente, pelos próprios presos.

Sua carreira no crime evidentemente o fazia um dos líderes da penitenciária. E, além disso, a consideração dos seus pares por sua figura aumentava devido a fato dele assumir a postura de uma espécie de conselheiro e assistente jurídico. Como a reportagem conseguiu apurar, Abel presidiário foi responsável por uma série de solturas, requerendo *habeas corpus* e indultos. Ele próprio fazia questão de ressaltar tal faceta, destacando para o jornalista que se encontrava então com o presidente do Conselho Penitenciário um requerimento de indulto coletivo para sete presidiários, indultados por recente decreto pelo Presidente da República.

Assim, temos acesso a outros aspectos da vida de Abel Vieira, que segundo nos narra Abimael Morais, como que predestinado a vida no crime, fora apenas aos 10 anos de idade, em 1940, que tivera contato com a vida por detrás das grades, acusado de quebrar o vidro de lança perfume da esposa de Pedro Ganso, seu vizinho, durante o carnaval. Apesar de ser solto sem maiores problemas pelo seu pai, haja vista sua menor idade, menos de quinze dias depois estava novamente nas dependências da cela da cadeia. E mais uma vez estava implicado com o personagem Pedro Ganso, com este tendo-o acusado de ter quebrado uma lâmpada da iluminação pública. O narrador Abimael Morais ressaltava que começava daí um conflito, um descrédito mútuo, recíproco entre a Justiça e a figura de Abel Vieira.

Abimael Morais assumia uma escrita que evidenciava uma linha tênue que existiria entre o aspecto trágico e o cômico dos fatos da vida de seu personagem. Quase não há lugar para o aspecto negativo, de reprovação do desvio, como imperava no período de atividade criminosa de Abel Viera. Agora presidiário, e num momento oportuno para a construção da memória de um lugar prestes a se findar, cabia ressaltar a vida do personagem como que numa aventura, como entretenimento para os leitores que pareciam ainda ávidos em consumir notícias do exótico do desvio. É neste sentido que o autor faz questão de ressaltar que a história de Abel Viera estava implicada com personagens e fatos ligados a motivos animais. Se sua experiência com a delinquência se iniciava com um Pedro Ganso, seria em companhia

de seu colega de infância, um Antônio Ratinho, que começaria o interesse por automóveis, algo que levaria a sua desgraça. Não obstante, esse interesse quase que patológico por automóveis fora acentuado após Abel Vieira ter acompanhado a série cinematográfica do “Besouro Verde”, que mostrava diversos carros que lhe faziam encher a boca d’água, principalmente o do herói da série que possuía um vislumbrante possante.

Os fatos revelados até aí pela narrativa de Abimael Moraes já prenunciam o desenrolar da história. No argumento do autor, era inevitável que ele partisse para o furto de automóveis. De certo, Abel Vieira construiu aí sua carreira de grande notoriedade e ele era ciente disso. Revelou ao jornalista que durante seu período por trás das grades se dedicara a escritura de um livro, onde relatava sua vida e suas peripécias. Leitor de Caryl Chesman, Abel Vieira queria seguir seu exemplo, publicar o livro e se tornar ilustre novamente.

A reportagem de Abimael Moraes é uma das últimas fontes que nos restaram e que nos possibilita saber sobre sua figura. Hoje, através destas mediações, nos é possibilitado apontar algumas das múltiplas faces construídas por/ sobre Abel Vieira: ousado ladrão de automóveis, afeito ao estrelato, que ocupa um lugar singular na história da imprensa da cidade do Natal, prisioneiro líder da Casa de Detenção, assistente para assuntos jurídicos para seus pares, consumidor de livros e filmes e escritor de um livro que nunca fora publicado, mas o qual pretendia ser um *Best-seller*.

## Considerações Finais

Lugar de voz da sociedade, que se faz ler e ouvir, os periódicos denotavam os problemas que assolavam a cidade, não sem instituir sentidos aí. É assim no que diz respeito à problemática da violência urbana a partir do final da década de 1950, em que cada vez mais os periódicos procuram produzir e consumir as notícias de desvio, dos crimes que assolavam a cidade. É uma teia complexa, constitutivas de relações de força, que perpassava tais práticas. Há aqui articulações entre determinadas concepções e sentidos atribuídos aquilo o que é a cidade, como ela deveria ser e como ela se apresenta num determinado momento. Cidade em crescimento, uma metrópole em ascensão são alguns dos adjetivos empregados pelos periódicos para explicar a ocorrência da violência urbana. E com isso, toda uma geografia é traçada, marcando espaços específicos dentro da própria cidade: lugares

perigosos, mas também exóticos, que instigam a curiosidade dos leitores em relação ao estranho, ao desconhecido.

As práticas desviantes de Abel Vieira não se colocam como elementos determinantes para compreensão deste processo. Porém, apontamos que se constituem como importantes, interligados a este. Marcando performances e representações específicos dos sujeitos envolvidos. Fazendo com que a violência, o crime, o desvio fossem articulados com múltiplos sentidos.